

---

CT.GFC. 746 /2019  
02 de dezembro de 2019

Ao  
Sr. Ricardo Bacci Acunha – Gerente Geral  
BANCO DO BRASIL S/A  
Rua XV de novembro nº111 - Centro  
05092 040 São Paulo SP

CONTRATO Nº 811319309100 - Designação de Gestor

Prezado Senhor,

Comunicamos a V.Sa. que o Sr. Sergio Antonio de Paula, Chefe do Departamento de Finanças - DFFA, telefone (11) 2392-1325, será a responsável pela gestão do contrato em referência.

Sua função será a de coordenar os trabalhos, servindo de ligação entre V.Sa. e esta Companhia, na administração de problemas, tomando decisões técnicas e administrativas, dentro dos limites contratuais.

Atenciosamente,



SANDRA REGINA MATOS BORGES  
Gerente de Contratações e Compras

**CONTRATO Nº 811319309100**  
**PROCESSO Nº 8113193091**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
DE COBRANÇA BANCÁRIA ATRAVÉS DA  
EMIÇÃO DE BOLETOS, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A COMPANHIA PAULISTA DE  
TRENS METROPOLITANOS - CPTM E O  
BANCO DO BRASIL S.A.**

Pelo presente instrumento, elaborado para um único efeito, as partes abaixo assinadas, de um lado a COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, inscrita no CNPJ/MF sob nº 71.832.679/0001-23, com sede em São Paulo/SP, na Rua Boa Vista, 185, Centro, neste ato representado, na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais, PEDRO TEGON MORO, Diretor Presidente, brasileiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº. 21.448.592-4-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº. 144.051.718-58, e FELISSA SOUSA ALARCON, Diretora Administrativa e Financeira, brasileira, economista, portadora da cédula de identidade RG nº. 2708545-SSP-DF, inscrita no CPF/MF sob nº. 010.685.271-02, doravante denominada simplesmente CPTM e o BANCO DO BRASIL S/A, com sede em Brasília/DF, na St. St. Saun, Setor de Autarquias Norte, s/nº, Quadra 05, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91 e com filial em São Paulo/SP, na Rua XV de Novembro nº 111, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/6789-02, neste ato representado, na forma de seu Estatuto Social, por seu representante legal, Sr. RICARDO BACCI ACUNHA, Gerente Geral, portador da Carteira de Identidade RG nº 56.650.039-5 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 553.617.140-20, doravante denominado simplesmente BANCO, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, dos artigos 89 a 99 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, das normas internas específicas da CPTM, do Código de Conduta e Integridade da CPTM, do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, pelas condições constantes das demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, para fins do processo nº 8113193091, nas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

## **1 OBJETO**

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de cobrança bancária através da emissão de boletos.

1.1.1 A CPTM constitui e nomeia, imediata e exclusivamente, o BANCO como seu mandatário, conferindo-lhe poderes necessários e suficientes para efeito de cumprir o objeto do presente Contrato, para a viabilização da sistemática de recebimento de crédito junto ao pagador.

1.2 A presente contratação, para fins de informação à Receita Federal do Brasil, não envolve transferência de tecnologia à CPTM.

## **2 DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1 Para melhor caracterização do objeto, bem como para definir procedimentos decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento os seguintes anexos:

2.1.1 Cronograma Físico Financeiro (Anexo 1);

- 2.1.2 Acordo Base de Parceria Institucional (Anexo 2);
- 2.1.3 Declaração de Ciência e Responsabilidade (Anexo 3); e
- 2.1.4 Termo de Ciência e de Notificação (Anexo 4).

### **3 OBRIGAÇÕES DA CPTM**

#### **3.1 Constituem obrigações da CPTM:**

- a) Abrir e manter conta corrente em agência do BANCO, conta esta associada à arrecadação da cobrança, na qual será vinculada carteira de cobrança bancária para a liquidação dos boletos de cobrança pagos pelos usuários;
- b) Manter atualizado o seu cadastro e de seus representantes junto ao BANCO.
- c) Em caso de Cobrança com Registro, enviar ao Banco arquivo eletrônico de registro de títulos, denominado arquivo remessa.

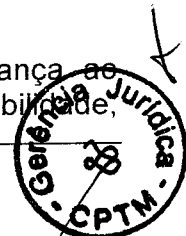
### **4 OBRIGAÇÕES DO BANCO**

#### **4.1 Constituem obrigações do BANCO:**

- a) Transmitir os arquivos de retorno contendo as informações referentes à movimentação da carteira de cobrança, conforme suas ocorrências, para o gerenciamento da cobrança;
- b) Transferir os créditos oriundos do produto da cobrança para a conta específica em nome da CPTM, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis da data do pagamento;
- c) O BANCO, na condição de mero mandatário, fica isento de toda e qualquer responsabilidade decorrente de relação mantida entre a CPTM e terceiros (favorecidos, clientes, beneficiários, contribuintes, titulares, pagadores etc.) e de qualquer implicação que possa surgir da operacionalização dos serviços objeto deste contrato.

### **5 APRESENTAÇÃO DOS BOLETOS E INSTRUÇÕES DE COBRANÇA**

- 5.1 Para a modalidade com Registro, a CPTM apresentará ao BANCO os dados do boleto para registro no sistema corporativo do BANCO, via intercâmbio de dados em meio eletrônico, em conformidade com as especificações técnicas indicadas pelo BANCO;
- 5.2 O boleto de cobrança impresso pelo BANCO ou pela CPTM deve obedecer às normas do Banco Central do Brasil, quanto a sua forma, especificações técnicas, dimensão, campos, conteúdo, código de barras e linha digitável;
- 5.3 Quando a impressão do boleto de cobrança estiver a cargo da CPTM, o envio somente poderá ocorrer após conferência e aprovação, pelo BANCO, do modelo apresentado, que emitirá autorização por escrito para tal mister. A CPTM obriga-se a observar o padrão aprovado;
- 5.4 O BANCO não emite o boleto proposta descrito na Circular Bacen 3.598/2012 e 3.656/2013. Fica vedada a emissão de boletos de cobrança para a finalidade boleto proposta descrita nas respectivas Circulares;
- 5.5 Ao optar pelo encaminhamento de aviso de existência de boleto de cobrança ao sacado/devedor, por e-mail, a CPTM assume toda e qualquer responsabilidade;



inclusive pela guarda e conservação da autorização colhida junto ao pagador /devedor, relativa ao envio de mensagens ao seu endereço eletrônico, pelo prazo de 4 (quatro) anos, mantendo o BANCO indene em relação a tal ato;

- 5.6 A CPTM obriga-se a informar ao BANCO o nome e o CNPJ do pagador original do boleto que lhe tenha sido endossado;
- 5.7 Instruções de cobrança apresentadas pela CPTM poderão ser aceitas pelo BANCO até a baixa ou liquidação do boleto;
- 5.8 A CPTM não poderá cobrar dos pagadores, inclusive a título de ressarcimento, as tarifas devidas ao BANCO pela prestação do serviço de cobrança de boletos ou, ainda, eventuais outras despesas de emissão dos boletos de cobrança, carnês e assemelhados.

## **6 GUARDA DE DOCUMENTOS**

- 6.1 A CPTM deverá manter sob sua guarda a documentação comprobatória da legitimidade da transação (venda, entrega do bem e prestação de serviço), referente ao boleto de sua emissão enviado ao BANCO para cobrança na qualidade de mandatário.
- 6.2 A CPTM obriga-se, ainda, ao seguinte:
  - a) apresentar ao BANCO o boleto e demais documentos relativos à cobrança, todas as vezes que lhe forem solicitados, inclusive para a finalidade de protesto, no prazo máximo de cinco dias;
  - b) guardar a aludida documentação pelo prazo definido em Lei, bem como exibi-la quando e onde for exigida.
- 6.3 Fica criada a figura do Fiel Depositário, cuja responsabilidade é assumida pela(s) pessoa(s) que assinam este instrumento em nome da CPTM, bem como seus sucessores ou herdeiros, que permanece(m) responsável(eis) inclusive:
  - a) pela guarda de documento de autorização prévia do pagador para envio de boleto de cobrança por meio eletrônico;
  - b) pela posse da documentação comprobatória da legitimidade de transação (venda, entrega do bem e prestação de serviço etc.).

## **7 PRAZOS DE APRESENTAÇÃO DOS BOLETOS**

- 7.1 As partes estabelecem, ainda, que:
  - a) Quando for utilizado intercâmbio de informações por meio eletrônico referente à modalidade com Registro, nos casos em que a impressão e/ou postagem dos boletos estiver a cargo do BANCO, os dados dos boletos deverão ser apresentados ao BANCO com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da data de vencimento, quando se tratar de boletos de cobrança em formato carnê, e 10 (dez) dias úteis da data de vencimento, nos demais casos;
  - b) Quando for utilizado borderô referente a modalidade com registro, os dados do boleto deverão ser apresentados ao BANCO, para emissão do boleto de cobrança ao pagador, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data de vencimento;

- c) Quando for utilizada a modalidade sem registro, para entrega de boleto de cobrança pré-impresso, o BANCO deverá dispor do prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de solicitação feita pela CPTM;
- d) O boleto de cobrança emitido deve conter a data de vencimento.

## **8 PROTESTO**

- 8.1 Somente serão encaminhados a cartório pelo BANCO os boletos para os quais a CPTM tiver expedido ordem de protesto por meio eletrônico ou de comunicação escrita ao BANCO.
  - 8.1.1 O BANCO se reserva o direito de não protestar boleto que lhe seja confiado para cobrança.
  - 8.1.2 Todas as despesas cartorárias são de responsabilidade da CPTM e serão debitadas em sua conta corrente, de que trata o item 3 deste instrumento, pelo BANCO, na data do pagamento ao cartório.
  - 8.1.3 O BANCO agirá como mero mandatário para cobrança de boletos, apresentando-os para protesto por conta e risco da CPTM, não assumindo qualquer responsabilidade derivada dos protestos, na qualidade de Apresentante aos cartórios.
  - 8.1.4 A CPTM assume o compromisso de informar imediatamente ao BANCO sempre que receber ou negociar diretamente com sacado qualquer dos boletos colocados em cobrança, inclusive os negociados com o BANCO (descontados ou dados em garantia de operação de crédito).

## **9 RECEBIMENTO DE BOLETO APÓS O VENCIMENTO**

- 9.1 Fica estabelecido que, em caso de mora do pagador e não havendo instrução específica para encargos de mora, será cobrada comissão de permanência à taxa de mercado praticada pelo BANCO no dia da liquidação do boleto.

## **10 CRÉDITO DO PRODUTO DA COBRANÇA**

- 10.1 O valor correspondente ao crédito recebido será lançado na conta de depósitos da CPTM mantida em agência do BANCO, de que trata o item 3 deste instrumento, no segundo dia útil seguinte a data do pagamento. Na qualidade de simples mandatário, o BANCO limitar-se-á a receber o valor indicado, dando quitações e recibos por conta e ordem da CPTM.
  - 10.1.1 Recebimento em Cheque - Fica a critério do BANCO acolher cheque de emissão do próprio pagador no pagamento dos boletos, desde que liquidáveis na mesma praça de compensação da agência recebedora.
  - 10.1.2 A liberação dos recursos relativos a boletos pagos com cheque de emissão do próprio pagador obedecerá aos prazos de compensação do cheque, estabelecidos pela Câmara de Compensação de Cheques e Outros Documentos.

- 10.1.3 Fica a critério do BANCO liberar os recursos relativos a boletos pagos com cheque de emissão do próprio pagador antes dos prazos de compensação do cheque.
- 10.1.4 A CPTM autoriza o BANCO a debitar em conta corrente, de que trata o item 3 deste instrumento, os valores eventualmente adiantados referentes aos cheques emitidos pelos pagadores para pagamento dos boletos em cobrança, que forem devolvidos, por qualquer motivo, pela Câmara de Compensação.
- 10.1.5 A CPTM autoriza o BANCO, desde já, a estornar valores recebidos indevidamente em sua conta de depósitos de que trata o item 3 deste instrumento, relativo ao crédito do produto Cobrança comprovadamente de outro convênio ou de créditos espúrios. A contestação de estorno de que trata esse parágrafo, por parte da CPTM, poderá ser entendida como indício de tentativa apropriação indevida de valores, ensejando, a critério do BANCO, a rescisão do Contrato e a adoção das medidas legais cabíveis.

## **11 LIQUIDAÇÃO PARCIAL DE BOLETOS**

- 11.1 A CPTM autoriza o BANCO, desde já, a proceder a devolução de valores recebidos de boletos com diferença de valores na rede bancária, bem como a inibir o recebimento de boletos com diferença de valores em seus canais.
- 11.1.1 Fica o BANCO isento de qualquer responsabilidade pela recusa do recebimento de boletos com diferença de valor, restando unicamente à CPTM a responsabilidade de orientar o pagador na quitação integral do boleto.
- 11.1.2 A CPTM ao autorizar o recebimento parcial do boleto, concorda com a manutenção do boleto em aberto nos sistemas do BANCO, que poderá ser liquidado quantas vezes forem necessárias até a sua quitação integral, responsabilizando-se pelas ações decorrentes da situação do boleto.

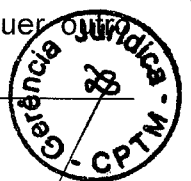
## **12 ARQUIVO-RETORNO**

- 12.1 O BANCO enviará a CPTM, no dia seguinte ao do processamento, todas as ocorrências referentes ao boleto, devendo a CPTM acompanhar diariamente todas as ocorrências de processamento mencionadas no arquivo-retorno repassadas pelo BANCO.

## **13 ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

- 13.1 O BANCO não poderá ser responsabilizado nas seguintes situações:

- a) falha no equipamento da CPTM ou de terceiro autorizado que provoque atraso ou impeça o envio de dados para registro de boleto ou instrução de cobrança para o BANCO;
- b) ocorrência de erro de processamento decorrente de informação incompleta e/ou inexata fornecida pela CPTM ou por terceiro autorizado;
- c) prejuízo decorrente de extravio, inutilização ou atraso na entrega de boleto de cobrança provocado pelo serviço postal;
- d) não recebimento de juros de mora, comissão de permanência ou qualquer encargo moratório de boleto pago em cartório;



- e) atraso na entrega de boleto de cobrança decorrente do tardio envio pela CPTM de informação necessária a sua emissão, ou seja, envio em prazo inferior a 20 (vinte) dias da data de vencimento do boleto;
- f) prejuízo de qualquer natureza ou eventual reclamação de pagador, decorrente do envio, pela CPTM, de boleto para cobrança em duplicidade;
- g) diferença de valor a menor pago pelo pagador, quando o recebimento não for efetuado em guichê de caixa do BANCO;
- h) diferença de valor a menor pago pelo pagador, reclamada após 180 dias da data da liquidação do boleto;
- i) prejuízos de qualquer natureza ou eventual reclamação de pagador decorrente da cobrança indevida pela CPTM das tarifas e despesas mencionadas no subitem 5.7, deste instrumento.

#### 14 REMUNERAÇÃO DO BANCO DO BRASIL E PARAMETROS DO SERVIÇO

14.1 A CPTM pagará tarifa ao BANCO, na forma ajustada pelas partes, os valores definidos na tabela à seguir:

Número dos Convênios:		
Convênio 2203249 – Carteira 17 Simples Com Registro		
Conta para crédito do resultado da Cobrança:	Agência 1897-X	Conta corrente: 139.578-5
Conta para débito da tarifa:	Agência 1897-X	Conta corrente: 139.578-5
Conta para débito de ressarcimento de prejuízos e multa:	Agência 1897-X	Conta corrente: 139.578-5
Tarifa inicial por evento:	<b>Tarifa</b>	<b>Valor</b>
	Registro via Borderô	R\$ 10,00
	Reg. Eletrônico DDA	R\$ 1,09
	Registro meio eletrônico	R\$ 1,09
	Liquidação – TAA	R\$ 2,90
	Liquidação – Internet	R\$ 2,90
	Liquidação – URA	R\$ 2,90
	Liquidação – Gerenciador Financeiro	R\$ 2,90

	Liquidação – Central de Atendimento	R\$ 2,90
	Liquidação – Guichê de Caixa	R\$ 2,90
	Liquidação – Compe (Out.BANCOS)	R\$ 2,90
	Liquidação – Corresp. Bancário	R\$ 2,90
	Liquidação – PGT	R\$ 2,90
	Liquidação – CB Postal	R\$ 2,90
	Liquidação – Outros Canais	R\$ 2,90
	Envio para Protesto	R\$ 6,86
	Sustação de Protesto	R\$ 6,86
	Baixa	R\$ 1,85
	Manutenção de Boleto Vencido	R\$ 6,10
	Comandos Diversos	R\$ 5,30
Periodicidade para débito de tarifa: Diário		
Float: 01 dia		
Prazo para baixa automática de boleto vencido: 05 dias após o vencimento		
Permite envio de boleto por e-mail ao sacado (pagador): (x) Sim ( ) Não		
Permite Cobrança Partilhada: ( ) Sim (x) Não		
Permite liquidação parcial de boletos: ( ) Sim (x) Não		

14.1.1 As tarifas convencionadas nesta Cláusula serão debitadas diariamente na conta corrente de que trata o item 3 deste instrumento, se efetivado alguma emissão ou movimento, conforme suas ocorrências e valores pactuados na tabela acima.

14.1.1.1 A previsão de despesas mensais deste Contrato está relacionada no Anexo 1 - Cronograma Físico Financeiro, deste instrumento.

14.1.2 Os débitos relativos às tarifas ou outras responsabilidades oriundas deste Contrato serão informados a CPTM por meio de aviso de débito e/ou lançamento no seu extrato de conta corrente.



- 14.1.3 Os valores convencionados nesta Cláusula serão reajustados pela variação positiva anual, contado da data de assinatura do contrato, com a aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

$$R = P_0 \times (IPC/IPC_0 - 1), \text{ onde:}$$

R = Parcela de reajuste anual;

P<sub>0</sub> = Preço inicial do contrato no mês de sua assinatura;

IPC = Valor do Índice de Preço ao Consumidor - IPC-FIPE relativo ao mês de aplicação do reajuste anual;

IPC<sub>0</sub> = Valor do Índice de Preço ao Consumidor - IPC-FIPE relativo ao mês da assinatura deste contrato.

## 15 PENALIDADES

- 15.1 Em caso de mora, a CPTM pagará juros de 12% (doze por cento) ao ano e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do principal, acrescido de encargos, até o efetivo pagamento.

- 15.1.1 A permanência na condição de inadimplência por mais de 30 dias ensejará na rescisão automática do contrato, sem a necessidade de prévio aviso.

## 16 RESPONSABILIZAÇÃO DA CPTM

- 16.1 A CPTM é responsável pelos prejuízos (despesas e/ou ônus e/ou reparações) eventualmente imputadas ao BANCO, em face de descumprimento das obrigações contratuais pela CPTM. Em decorrência, a CPTM deverá ressarcir o BANCO por quaisquer prejuízos (despesas e/ou ônus e/ou reparações) que o BANCO vier a sofrer por conta de ações judiciais/administrativas movidas por Clientes e/ou BACEN, Órgãos de Defesa do Consumidor e/ou Órgão Reguladores, onde a condenação tiver como causa o referido descumprimento contratual pela CPTM.

- 16.1.1 O ressarcimento de que trata o caput deverá ser realizado pela CPTM em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comprovação do pagamento pelo BANCO do referido prejuízo (despesas e/ou ônus e/ou reparações), mediante débito na conta corrente de que trata o item 3 deste instrumento, débito esse desde já autorizado pela CPTM. Em caso de inexistência de saldo suficiente para o referido débito, incidirá juros de 12% (doze por cento) ao ano e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do principal, acrescido de encargos, até a efetiva realização do ressarcimento.

## 17 VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 17.1 As partes atribuem a este contrato, para efeito de direito, o valor de R\$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais), data base: setembro/2019.
- 17.2 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados no Programa de Trabalho: 26783370746270000 - Natureza de Despesa: 339039 - Origem dos Recursos: 004004004.

## 18 PRAZO DE VIGÊNCIA

- 18.1 O Contrato terá sua vigência final em 29/09/2022, data vinculada ao prazo de vigência estipulado na décima sétima do Acordo Base de Parceria Institucional, assinado em 29 de setembro de 2017 pelo Estado de São Paulo e o Banco do Brasil S.A., conforme designado pelo Decreto nº 60.244 de 14 de março de 2014, ao qual a CPTM aderiu através da assinatura em 10 de novembro de 2017 do "Termo de Adesão ao Acordo".
- 18.2 Ficam ratificados todos os atos passíveis de convalidação praticados pela CPTM e pelo Banco do Brasil, durante o período compreendido entre 28/03/2019 e a data de assinatura deste contrato, relativas responsabilidades e obrigações firmadas respeitadas as formalidades legais.

## 19 COMUNICAÇÕES

- 19.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondências endereçadas como segue:

**CPTM:**

**COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**

Rua Boa Vista nº 185 - Centro

SÃO PAULO/SP

CEP 01014-001

CONTRATO Nº 811319309100

**BANCO:**

**BANCO DO BRASIL S.A.**

Rua XV de Novembro nº 111, Centro

SÃO PAULO/SP

CEP 01013-001

CONTRATO Nº 811319309100

CONTATO: Fabiano Matias de Almeida Jr. / Roberta Arineli

TEL/FAX: (11) 4298-5167 / 4298-5141

E-MAIL: fabiano.matias@bb.com.br / roberta.arineli@bb.com.br

- 19.1.1 A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos ou Memorandos de Remessa - MR, será feita mediante correio eletrônico ou carta, ambos com comprovação de recebimento, que deverá ser juntado aos autos do processo de inexigibilidade de licitação ou gestão. Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar o número deste Contrato, o assunto, data de recebimento e o nome do remetente.
- 19.1.2 A CPTM e o BANCO deverão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito os nomes e respectivos cargos dos empregados designados pelas mesmas, para serem responsáveis pela gestão do presente contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.
- 19.2 Para realizar suas transações bancárias, o BANCO coloca à disposição os telefones de sua Central de Atendimento – CABB 4004 0001 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 729 0001 (demais localidades). Para eventual elogio, sugestão, dúvida, informação, reclamação, denúncia, cancelamento, o BANCO coloca à disposição da CPTM o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC 0800 729 0722. Para situações não solucionadas no atendimento normal, mediante protocolo do atendimento posterior,

ligue para Ouvidoria BB 0800 729 5678. Para deficientes Auditivos ligue 0800 729 0088. O SAC funciona 24 horas, 7 dias por semana, ou acesse o portal [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br).

## **20 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

- 20.1 No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 154, do Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM.
- 24.2 O objeto deste contrato será aceito pela CPTM, desde que atenda as condições estipuladas neste instrumento e nos documentos que fazem parte integrante do mesmo.
- 24.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante Termo de Recebimento Provisório - TRP, assinado pela CPTM e pelo BANCO, em até 15 (quinze) dias do término da vigência contratual.
- 24.4 O Recebimento Definitivo será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório - TRP, mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, assinado pela CPTM e pelo BANCO.

## **21 RESILIÇÃO**

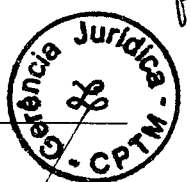
- 21.1 É facultado a qualquer das partes denunciar o Contrato, mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, sem qualquer ônus, ficando assegurada a conclusão das tarefas iniciadas anteriormente à comunicação.
- 21.1.1 No caso de utilização de finalidade diversa da solicitada no cadastramento do convênio ou utilização do convênio para operacionalização de serviços de terceiros, o BANCO poderá resilir o Contrato, sem qualquer ônus.

## **22 PUBLICIDADE**

- 22.1 A utilização de publicidade envolvendo marcas e respectivos logotipos de propriedade das partes, sob qualquer pretexto, dependerá de prévia concordância da proprietária, inclusive no que se refere à produção de peças de divulgação que façam menção direta a sistema da CPTM ou à rede de serviços do BANCO, que envolvam ou mencionem, direta ou indiretamente, os serviços objeto deste Contrato.

## **23 REGULARIDADE DA TRANSAÇÃO**

- 23.1 A prestação de serviços consubstanciada no presente instrumento foi precedida de declaração de inexigibilidade de licitação, de acordo com o caput do artigo 122 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM, conforme processo Administrativo nº 8113193091, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.
- 23.1.1 A publicação resumida deste instrumento ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela CPTM até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem Ônus, ressalvando o disposto no art. 120, § 3º, do Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM.



ÚLTIMA PÁGINA DO CONTRATO Nº 811319309100, CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM E O BANCO DO BRASIL S.A.

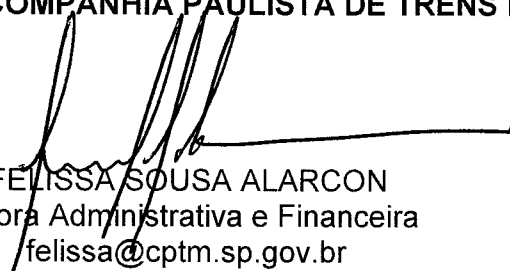
## 24 FORO

24.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem as partes justas e acertadas, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as 03 (três) testemunhas abaixo, declarando conhecer todas as cláusulas do presente.

São Paulo, 02 de dezembro de 2019.

Pela **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**:



FELISSA SOUSA ALARCON  
Diretora Administrativa e Financeira  
felissa@cptm.sp.gov.br  
e-mail pessoal: N/I  
CPF Nº: 010.685.271-02  
RG Nº: 2.708.545 SSP-DF




PEDRO JEGON MORO  
Diretor Presidente  
pedro.moro@cptm.sp.gov.br  
e-mail pessoal: N/I  
CPF Nº: 144.051.718-58  
RG Nº: 21.448.592-4




MARIA ARLETE VIEIRA COSTA  
Gerente de Finanças e Controle Orçamentário  
maria.costa@cptm.sp.gov.br  
e-mail pessoal: N/I  
CPF Nº: 990.941.348-53  
RG Nº: 10.324.183-8

Pelo **BANCO DO BRASIL S.A.**:




RICARDO BACCI ACUNHA  
Gerente Geral  
bacci@bb.com.br  
e-mail pessoal: N/I  
CPF Nº: 553.617.140-20  
RG Nº: 56.650.039-5

**TESTEMUNHAS:**



Marcio Yukio Asconuma  
Analista de Processos de  
Controlação - CFCIA



Carlos Roberto Rodrigues  
Analista de Administração  
e Gestão

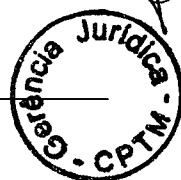
Rua Boa Vista nº 185 - São Paulo / SP - Brasil



**ANEXO 1**

**CONTRATO Nº 811319309100**

**CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**



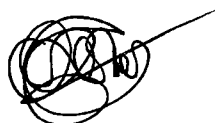
**Anexo I - Cronograma físico financeiro****Serviços de cobrança de boletos**

Banco do Brasil S/A

Prazo de vigência vinculado ao Acordo Base

Mês	2019	2020	2021	2022
janeiro		R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
fevereiro		R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
março		R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
abril		R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
maio		R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
junho		R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
julho		R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
agosto		R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
setembro	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
outubro	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	
novembro	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	
dezembro	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	
<b>Total por ano</b>	<b>R\$ 6.000,00</b>	<b>R\$ 18.000,00</b>	<b>R\$ 18.000,00</b>	<b>R\$ 13.500,00</b>
<b>Total previsto do contrato:</b>		<b>R\$ 55.500,00</b>		

Data base: set/2019

Sérgio Antônio de Paula  
Chefe do Departamento de Finanças

**ANEXO 2**

**CONTRATO Nº 811319309100**

**ACORDO BASE DE PARCERIA INSTITUCIONAL**

## ACORDO BASE DE PARCERIA INSTITUCIONAL

As partes abaixo:

1. **ESTADO DE SÃO PAULO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNJP 46.379.400/0001-50, aqui representado pelo Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Dr. Hércio Tokeshi, brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade RG nº 13.267.243-1 - SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 077.656.978-38, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300 – 5º andar, conforme poderes que lhe foram delegados pelo Governador pelo Decreto nº 60.244/2014 (doravante designado "**ESTADO**"); e
2. **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista constituída conforme as leis brasileiras, com sede na Capital Federal, Setor Bancário Sul, Quadra I, Bloco "G", Edifício Sede III, 24º andar, CNPJ 00.000.000/0001-91, aqui representado pelos senhores Euler Antônio Luz Mathias, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF sob o nº 138.344.088-32 e RG: 18.730.534 – SSP/SP e Ricardo Bacci Acunha, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF sob nº 553.617.140-20 e RG: 56.650.039 – SSP/SP, doravante designado **BB**;

### CONSIDERANDO

- I. que o relacionamento do **ESTADO** com o **BB** remonta à decisão política de alienar o controle acionário do antigo Banco Nossa Caixa S.A. ("Nossa Caixa"), que era controlado pelo **ESTADO** e funcionava como agente financeiro do tesouro estadual ("Agente Financeiro"), tudo conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado em 19 de dezembro de 2008, ao amparo da Lei nº 13.286, de 18 de dezembro de 2008 ("Contrato de Compra e Venda de Ações");
- II. que, após a alienação do controle acionário, a Nossa Caixa foi incorporada pelo **BB**, que lhe sucedeu em todos os direitos e obrigações, tendo ainda assumido a condição de Agente Financeiro e concentrado a prestação de outros serviços financeiros correlatos;
- III. que o Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014, manteve o **BB** na condição de agente financeiro do tesouro estadual e determinou que o relacionamento institucional entre o **ESTADO** e o **BB** seria disciplinado por instrumento próprio a ser celebrado por intermédio da Secretaria da Fazenda;
- IV. que, amparado no Decreto nº 60.244/2014, em 27 de março de 2014, o **ESTADO** e o **BB** instrumentalizaram o relacionamento institucional entre eles, por meio do Acordo Base de Parceria Institucional, com vigência até 27/03/2019 ("Acordo Base Anterior");
- V. que, além de exercer as atividades típicas de Agente Financeiro, o **BB** assumiu o compromisso de atender adequadamente, no presente e no futuro, às necessidades de bancarização do **ESTADO**, assim como de apoiar a execução de políticas públicas realizadas em território paulista;
- VI. que o **BB** vem agindo como substituto da Nossa Caixa e tem correspondido às expectativas do **ESTADO**, sobretudo por ser a maior instituição financeira oficial do país, que atende às exigências do artigo 164, § 3º, da Constituição Federal, além de funcionar como agente financeiro da União e ter tradição de atuar junto ao setor público;
- VII. que a condição de Agente Financeiro pressupõe a existência de relação de confiança e o dever de lealdade de agir sempre no melhor interesse do **ESTADO** como parte principal, seguindo fielmente as instruções que lhe forem transmitidas pelo **ESTADO**, conforme critérios de razoabilidade e proporcionalidade;





- VIII. que, por ser uma sociedade de economia mista, as decisões empresariais do **BB** podem ser orientadas simultaneamente pela preocupação em atender ao interesse público que justificou sua criação, nos termos do artigo 238 da Lei nº 6.404/76, combinado com o artigo 173 da Constituição Federal;
- IX. que o relacionamento do **ESTADO** com o **BB** configura uma parceria institucional e estratégica, que transcende ao objetivo de maximização financeira pela concessão isolada do direito de exclusividade para exploração de oportunidades de negócio geradas pelo **ESTADO**, ou da prestação pelo **BB** de serviços bancários remunerados, não obstante a legítima preocupação das partes em assegurar o tratamento equitativo entre ambas;
- X. que, mesmo fazendo jus ao recebimento de remuneração compatível com os custos das atividades bancárias e com as práticas usuais de mercado, o **BB** está disposto a pagar ao **ESTADO** uma compensação financeira no valor total de R\$ 3.101.000.000,00 (três bilhões, cento e um milhões de reais), como contrapartida ao direito de exploração exclusiva de certas oportunidades de negócios associadas à execução de atividades bancárias de interesse do **ESTADO** ("Compensação Financeira"), tudo com o objetivo de preservar o equilíbrio entre as partes e o caráter comutativo da parceria;
- XI. que, para definir o valor da Compensação Financeira a ser paga pelo **BB**, o **ESTADO** baseou-se em laudo econômico elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Contábeis, Financeiras e Atuariais – FIECAFI, mediante utilização de metodologia consagrada;
- XII. que a concentração de todas as demandas de bancarização do **ESTADO** em uma única instituição financeira, que possua simultaneamente competência técnica já comprovada, infraestrutura adequada de atendimento, ampla rede de agências cobrindo o território paulista, e também seja considerada banco oficial para fins do artigo 164, §3º, da Constituição Federal, afigura-se a alternativa mais racional e vantajosa ao **ESTADO**, sob o ponto de vista operacional, econômico e institucional;
- XIII. que o papel de Agente Financeiro, responsável pela centralização da arrecadação das receitas tributárias e não tributárias do **ESTADO**, combinado com o desempenho das funções de órgão pagador das despesas e gestor dos recursos representados pelas disponibilidades de caixa, propicia ganhos de eficiência em razão da sinergia existente entre as múltiplas atividades, dispensando a antecipação de transferências bancárias entre instituições financeiras distintas;
- XIV. que a eventual substituição do **BB** como Agente Financeiro, ou a escolha de outra instituição financeira privada para prestar serviços de forma dissociada da condição de Agente Financeiro, a exemplo do pagamento da folha de pessoal e de credores do **ESTADO**, importaria consideráveis custos de transação ao **ESTADO** e a seus servidores, em razão da necessidade de abertura de novas contas correntes e da assunção de riscos associados à migração de sistemas;
- XV. que a legislação atual já assegura aos servidores públicos a livre opção bancária e a concorrência na oferta de crédito consignado por quaisquer instituições financeiras;
- XVI. que o relacionamento entre o **ESTADO** e o **BB** é regido atualmente pelo Acordo Base Anterior e por diversos contratos de prestação de serviços, termos de compromisso e acordos operacionais ("Acordos Anteriores"), tendo sempre origem no Contrato de Compra e Venda de Ações;
- XVII. que a renovação antecipada da parcela com o **BB** decorre da necessidade de dar previsibilidade ao tema, de defender os interesses estratégicos do **ESTADO** e de evitar riscos de ruptura no atendimento bancário ao **ESTADO** de São Paulo, aos seus servidores e cidadãos;
- XVIII. **ESTADO** e **BB** desejam agora rescindir o Acordo Base Anterior e celebrar o presente Acordo Base, com o objetivo de prorrogar a parceria institucional existente, com vistas à atualização e alinhamento das condições presentes no Acordo Base Anterior, sem prejuízo da existência de instrumentos jurídicos específicos para disciplinar o relacionamento



- contratual das partes na execução de certas atividades bancárias ("Acordos Complementares");
- XIX. que o Acordo Base e os Acordos Complementares dele decorrentes transcendem o negócio jurídico típico de prestação de serviço, sem embargo da relevância da duração continuada como elemento essencial integrante da causa final ou função socioeconômica;
- XX. que o Decreto nº 60.244/2014 formalizou a opção política do Poder Executivo do Estado em manter o **BB** na condição de agente financeiro do tesouro estadual, em continuação aos prazos originalmente previstos na Lei nº 13.286/2008, tendo ainda autorizado a celebração, por intermédio da Secretaria da Fazenda, de Instrumento jurídico próprio para disciplinar o relacionamento institucional entre o **ESTADO** e o **BB**;
- XXI. que, em face das peculiaridades do caso concreto, a Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda, por meio do Parecer CJ/SF nº 393/2014, reconheceu a legitimidade da contratação unificada dos múltiplos serviços financeiros e atividades bancárias disponibilizados pelo **BB**, combinado com a condição de Agente Financeiro, nos termos do Acordo Base Anterior e que se renovam por meio do presente Acordo Base, e afastando consequentemente a exigibilidade de licitação para contratação isolada dos mesmos serviços e atividades por inviabilidade de competição;

resolvem celebrar o presente Acordo Base de Parceria Institucional ("Acordo Base"), que, sem embargo de sua atipicidade contratual, foi precedido do reconhecimento de inexigibilidade de licitação com fundamento no artigo 25 da Lei nº 8.666/93, combinado com o disposto no Decreto estadual nº 60.244/2014, conforme consta do processo administrativo nº 23752-174718/2017, regendo-se pelas cláusulas e condições abaixo e obrigando as partes por si e eventuais sucessores, a saber:

#### GLOSSÁRIO

Para os fins do disposto neste instrumento e em seus anexos, define-se por:

**ACORDO BASE:** refere-se ao presente instrumento, denominado Acordo Base de Parceria Institucional, abrangendo todas as suas cláusulas e demais anexos.

**ACORDO BASE ANTERIOR:** refere-se ao instrumento celebrado entre o **ESTADO** e o **BB**, em 27 de março de 2014, ao amparo do Decreto nº 60.244/2014 e que teve por objetivo formalizar o relacionamento institucional entre eles.

**ACORDOS ANTERIORES:** instrumentos de caráter contratual, termos de compromisso e acordos operacionais firmados entre o **BB** e o **ESTADO**, que disciplinam a prestação de diversos serviços pelo **BB** ao **ESTADO**, com origem no Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as citadas partes em 19/11/2008, cujo objeto foi a alienação do controle acionário do extinto Banco Nossa Caixa S.A. (BNC), assim como no Acordo Base de Parceria Institucional celebrado em 27 de março de 2014.

**ACORDOS COMPLEMENTARES:** instrumentos jurídicos específicos a serem firmados entre o **BB** e o **ESTADO**, em consonância com este Acordo Base, visando disciplinar o relacionamento contratual das partes na execução de certas atividades bancárias, por meio do estabelecimento de diretrizes técnicas de observância obrigatória pela Administração Pública Estadual.

**ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS:** serviços financeiros e atividades bancárias a serem prestados com exclusividade pelo **BB** ao **ESTADO**, arrolados na Cláusula Segunda deste Acordo Base.

**ATIVIDADES FACULTATIVAS:** serviços financeiros e atividades bancárias que poderão ser prestados pelo **BB**, sem caráter de exclusividade, ao **ESTADO**, arrolados na Cláusula Terceira deste Acordo Base.

**COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:** valor total devido pelo **BB** ao **ESTADO**, em moeda corrente nacional, a título de contrapartida pela efetiva possibilidade de ganho futuro que o **BB** possa eventualmente auferir em decorrência da exploração de oportunidades de negócios, por sua conta e risco, sem garantia de qualquer resultado pelo **ESTADO**.



**CONTA ÚNICA:** conta corrente mantida no **BB**, centralizadora das operações de natureza financeira do Tesouro do Estado de São Paulo, em observância ao princípio da unidade de tesouraria, nos termos do Decreto nº 62.297, de 06 de dezembro de 2016, centralizadora da transferência do produto da arrecadação dos tributos e demais receitas do **ESTADO**.

**CONTAS PAGADORAS:** Contas correntes mantidas no **BB** e das quais serão debitados os valores relativos às folhas de pagamento do **ESTADO**, para crédito aos servidores.

**CREDITADOS:** destinatários dos repasses e transferências a serem efetuadas pelo **BB**, de recursos debitados da Conta Única e demais contas correntes do **ESTADO**, em cumprimento às obrigações assumidas no Acordo Base e nos Acordos Complementares.

**NOVAS ATIVIDADES:** novos serviços financeiros ou atividades bancárias não mencionadas expressamente neste Acordo Base, que poderão ser acordados entre as partes durante a vigência deste instrumento.

**PROTOCOLO:** refere-se ao instrumento que poderá ser firmado entre o **BB** e o **ESTADO**, previamente à realização de Novas Atividades pelo **BB** ou à introdução de ajustes, adequações e melhorias nas Atividades Obrigatórias, no qual serão previstos metas, procedimentos e remuneração adequada, acompanhado de cronograma de execução estabelecendo prazos, etapas de conclusão e entrega de produtos e mecanismos específicos para assegurar sua efetividade jurídica.

**SIAFEM/SP:** Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios, instituído pelo Decreto nº 40.566, de 21 de dezembro de 1995.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

O **BB** exercerá a função de agente financeiro do tesouro do **ESTADO** ("Agente Financeiro") (i) com observância dos deveres fiduciários de diligência e lealdade; (ii) imbuído de boa fé e disposição de colaboração; (iii) em consonância com as melhores práticas bancárias; (iv) utilizando tecnologia, procedimentos, sistemas informatizados e equipamentos atualizados; e (v) empenhando os melhores esforços, tudo com o propósito de atender adequadamente, no tempo e modo devidos, às necessidades atuais e futuras de bancarização do Poder Executivo, incluindo o apoio à implementação de políticas públicas de interesse do **ESTADO**, no que for compatível com a condição de instituição financeira oficial ostentada pelo **BB**.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

O exercício da função de Agente Financeiro pelo **BB** abrangerá necessariamente a prestação dos serviços financeiros e a execução das atividades bancárias a seguir relacionadas, em âmbito nacional e com caráter exclusivo ("Atividades Obrigatórias"):

- (i) **CENTRALIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO:** Centralização da arrecadação das receitas tributárias e não tributárias, na forma das diretrizes técnicas objeto do Anexo 1, sem cobrança de qualquer remuneração.
- (ii) **MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DAS CONTAS DO ESTADO:** Centralização e processamento da movimentação financeira de todas as contas correntes, inclusive da Conta Única, excetuando-se os casos em que haja previsão legal ou contratual para manutenção dos recursos decorrentes de contratos ou convênios em outras instituições financeiras, notadamente nas operações realizadas com a Caixa Econômica Federal, e recebimento, centralização, rateio, distribuição e repasse das transferências legais e constitucionais na forma das diretrizes técnicas objeto do Anexo 2, sem cobrança de qualquer remuneração.
- (iii) **NOTA FISCAL PAULISTA:** Processamento dos créditos aos contribuintes favorecidos do Programa de Estimulo à Cidadania Fiscal "Nota Fiscal Paulista", na forma das diretrizes técnicas objeto do Anexo 3, que também define as condições específicas de remuneração.

29 4



- (iv) **GESTÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS:** Centralização das aplicações das disponibilidades financeiras da Conta Única do Tesouro e das disponibilidades de caixa do **ESTADO**, das Autarquias, Fundações e Empresas aderentes ao contrato, na forma das diretrizes técnicas objeto dos Anexos 4-A e 4-B, que também definem as formas de investimento e condições específicas de remuneração.
- (v) **OPERAÇÕES COM MOEDA ESTRANGEIRA:** Na forma das diretrizes técnicas objeto do Anexo 5, contratação e liquidação, no país e no exterior, das operações de compra e venda de moeda estrangeira de qualquer natureza, bem como de qualquer outra operação relacionada a câmbio, comércio exterior, repasse e internalização de recursos oriundos de empréstimos e/ou transferências realizadas por organismos multilaterais, mediante a prática de taxas de câmbio competitivas e, no caso das universidades e das empresas de capital aberto, com flexibilidade para acomodar seus interesses específicos exclusivamente na hipótese de exigência expressa feita pelo fornecedor estrangeiro.
- (vi) **ATENDIMENTO BANCÁRIO NOS POSTOS DO POUPATEMPO:** Atividades de correspondente bancário e de arrecadação de tributos, tarifas, taxas, contribuições e multas nos postos do Poupatempo, na forma das diretrizes técnicas objeto do Anexo 6, que também define as condições específicas de remuneração.
- (vii) **ATENDIMENTO BANCÁRIO DETRAN:** Atividades de correspondente bancário e de arrecadação de tributos, tarifas, taxas, contribuições e multas nas unidades do DETRAN, na forma das diretrizes técnicas objeto do Anexo 7, que também define as condições específicas de remuneração.
- (viii) **CARTÕES DE PAGAMENTO DE DESPESAS:** Processamento dos cartões de pagamento de despesas, que inclusive substituirão, em prazo a ser definido pelas partes, todas as contas de adiantamento/suprimentos de fundos, os quais serão utilizados como meio de pagamento dos gastos administrativos e operacionais, na forma das diretrizes técnicas objeto do Anexo 8, que também define condições específicas de remuneração.
- (ix) **PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PESSOAL:** Centralização e processamento de 100% (cem por cento) de créditos provenientes da folha de pagamento gerada pelo **ESTADO**, suas Autarquias, Fundações, Universidades e Empresas, inclusive dos servidores e empregados que vierem a ser contratados, abrangendo servidores ativos e inativos e pensionistas, assim como qualquer pessoa que mantenha vínculo de remuneração com o **ESTADO**, seja recebendo vencimento, salário, subsídio ou proventos e pensões, na forma das diretrizes técnicas objeto dos Anexos 9-A e 9-B, sem cobrança de qualquer remuneração.
- (x) **PAGAMENTO DE CREDORES:** Centralização e processamento de todas as movimentações financeiras de pagamento a credores do **ESTADO**, aí incluídos os fornecedores de bens e serviços e quaisquer pagamentos e transferências de recursos financeiros feitos pelo **ESTADO** a entes públicos ou privados, a qualquer título, processados, exclusivamente, por meio de crédito em conta corrente dos credores no **BB**, salvo situações decorrentes de previsões constitucionais, legais, determinações judiciais ou contratuais, que obriguem a manutenção e movimentação dos recursos em outras instituições financeiras, na forma das diretrizes técnicas objeto dos Anexos 10 - A e 10 - B, sem cobrança de qualquer remuneração.
- (xi) **RECADASTRAMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS:** Atividades de cadastramento de aposentados e pensionistas do **ESTADO**, na forma das diretrizes técnicas objeto do Anexo 11, que também define as condições específicas de remuneração.
- (xii) **PROGRAMAS SOCIAIS:** Processamento e pagamento dos programas sociais do **ESTADO**, através de cartões de pagamento emitidos pelo **BB**, na forma das diretrizes técnicas objeto do Anexo 12, que também define as condições específicas de remuneração.

do t



- (xiii) FUNDOS ESPECIAIS DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO: Administração, centralização e processamento das movimentações e aplicações financeiras dos fundos do **ESTADO**, a qualquer título, exceto os fundos que se encontrem sob a administração da Desenvolve SP, na forma das diretrizes técnicas objeto do Anexo 13, cujas condições específicas de remuneração estão previstas nos instrumentos jurídicos competentes.
- (xiv) RENAINF: Prestação de Serviços de Transferência – Por Meio de Boleto Bancário - de Valores Arrecadados em Outras Unidades Federadas, no âmbito do Registro Nacional de Infrações de Trânsito – RENAINF, em caráter de exclusividade, na forma das diretrizes técnicas objeto do Anexo 14, que também define condições específicas de remuneração.
- (xv) RESTITUIÇÃO DO IPVA E MULTA DE TRÂNSITO: Procedimentos relativos ao processamento da restituição de IPVA e MILT aos contribuintes do **ESTADO**, na forma das diretrizes técnicas objeto do Anexo 15, sem cobrança de qualquer remuneração.
- (xvi) OCUPAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO ESTADO E DE SUAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS: Condições de exclusividade de instalação e permanência de Agências, PA – Postos de Atendimento e PAE – Postos de Atendimento Eletrônico nos órgãos e repartições públicas vinculadas ao **ESTADO**, sejam em áreas próprias ou por ele ocupadas, na forma das diretrizes técnicas objeto dos Anexos 16-A e 16-B e observado o disposto no Decreto nº 51.140, 28 de setembro de 2006 e alterações.
- (xvii) DISPONIBILIZAÇÃO DE CONTRACHEQUE ELETRÔNICO: Serviço complementar aos meios já fornecidos pelos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Universidades e empresas estatais de disponibilização de informações relativas aos contracheques dos servidores e empregados, inclusive daqueles que vierem a ser contratados, abrangendo servidores ativos e inativos e pensionistas, mediante a utilização de terminais de autoatendimento, mobile e Internet do **BB**, em conformidade com as diretrizes técnicas objeto do Anexo 17 e com o contido na Cláusula Décima deste Acordo Base.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

O **ESTADO**, por intermédio dos órgãos da administração direta e entidades da administração indireta (autarquias, universidades, fundações e empresas estatais), emitirá autorização única permanente para liberação do arquivo de pagamentos da folha de pessoal e de pagamentos a credores, fornecedores e prestadores de serviços, conforme modelo no Anexo 9-B e 10-B.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

Para boa execução das Atividades Obrigatórias, o **ESTADO** assegurará a presença física do **BB**, em caráter exclusivo e mediante o pagamento de contrapartida correspondente ao espaço ocupado, nos locais de funcionamento dos órgãos e entidades da administração estadual, direta e indireta, exceto nas universidades, por meio de Agências, Postos de Atendimento (PA) e Postos de Atendimento Eletrônico (PAE), em que o **BB** já se encontra instalado ou venha a se instalar no futuro, mediante a celebração de instrumento jurídico próprio, ou quando for o caso, por meio de autorização, observado o disposto no Decreto nº 51.140, de 28 de setembro de 2006 e alterações posteriores, assim como as limitações de natureza técnica espacial, os bons costumes e as restrições decorrentes de normas gerais de uso e destinação de prédios públicos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Além dos serviços financeiros e atividades bancárias listadas na cláusula anterior, o **BB** poderá prestar ou executar mais os seguintes, sem qualquer exclusividade ("Atividades Facultativas"):

de



- (i) **CRÉDITO CONSIGNADO:** Concessão de crédito aos servidores ativos e inativos, e aos pensionistas do **ESTADO**, mediante consignação em folha de pagamento, conforme as normas regulamentares editadas pelo **ESTADO** em caráter geral e aplicáveis indistintamente a quaisquer instituições financeiras credenciadas pelo **ESTADO**.
- (ii) **CONCESSÃO DE OUTRAS LINHAS DE CRÉDITO E OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS:** Concessão de crédito imobiliário para financiamento de imóveis, CDC Salário e Antecipação do 13º Salário, cheque especial, cartões de crédito, seguros e demais serviços bancários aos servidores do **ESTADO**.
- (iii) **ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS:** Recebimento de tributos (impostos, taxas e contribuições) por meio da GARE – Guia de Arrecadação Estadual e DARE – Documento de Arrecadação Estadual, mediante celebração de instrumento jurídico padrão aplicável às demais instituições financeiras credenciadas, que integram a rede arrecadadora do **ESTADO**, nos termos da Resolução SF-87, de 9 de novembro de 2016, ou por outra que a venha substituir, e com remuneração equiparada à dos demais bancos a partir da data de assinatura do presente instrumento.
- (iv) **ARRECADAÇÃO POR MEIO DA GUIA NACIONAL DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - GNRE:** Recebimento de tributos por meio de GNRE, mediante celebração de instrumento jurídico padrão aplicável às demais instituições financeiras credenciadas, que integram a rede arrecadadora do **ESTADO**, nos termos da Resolução SF-31 de 16 de agosto de 2001, ou por outra que a venha substituir, e com remuneração equiparada à dos demais bancos a partir da data de assinatura do presente instrumento.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O **ESTADO** se compromete a manter em regime concorrencial, independentemente de quaisquer outras condições que venham a ser alteradas, a adesão do **BB** à exploração do crédito consignado junto aos seus servidores, ativos e inativos, aos aposentados, aos pensionistas e aos seus empregados com contrato de trabalho vigente e formalizado com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), desde que observadas pelo **BB** as regras específicas de consignações editadas pelo **ESTADO** em caráter geral e aplicáveis indistintamente a quaisquer instituições financeiras credenciadas pelo **ESTADO**.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O percentual previsto no inciso I, do artigo 22 do Decreto Estadual nº 60.435/2014, já está englobado na Compensação Financeira mencionada na Cláusula Sexta deste Contrato, razão pela qual, a partir de publicação de Decreto Estadual, ficará suspensa a cobrança do mencionado percentual ao **BB** durante a vigência deste Acordo Base.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

A suspensão nos moldes do parágrafo anterior, aplicar-se-á, também, as demais entidades aderentes e as que vierem a aderir a este Acordo Base.

#### **PARÁGRAFO QUARTO**

Os órgãos da administração indireta envidarão esforços para que, em até 360 dias, passem a operar convênios de crédito consignado mediante a utilização de meios automatizados ou de portais, que não poderão dar qualquer tipo de exclusividade à instituição financeira específica.

#### **PARÁGRAFO QUINTO**

Na hipótese de rescisão, por qualquer motivo, deste Acordo Base e dos Acordos Complementares, ou de sua denúncia unilateral por iniciativa do **ESTADO**, fica assegurado, ao **BB**, manter a

20



consignação em folha de pagamento dos beneficiários até a liquidação total dos empréstimos, financiamentos ou arrendamentos mercantis anteriormente concedidos, desde que observadas pelo BB as regras específicas de consignações editadas pelo ESTADO em caráter geral e aplicáveis indistintamente a quaisquer instituições financeiras credenciadas pelo ESTADO.

#### CLÁUSULA QUARTA

Fica assegurado ao ESTADO o direito de solicitar ao BB, a qualquer momento, a introdução de ajustes, adequações e melhorias na forma de execução das Atividades Obrigatórias, assim como a prestação de novos serviços financeiros ou a execução de novas atividades bancárias, não mencionadas expressamente neste Acordo Base ("Novas Atividades").

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

O BB compromete-se a empenhar os melhores esforços para atender às solicitações formuladas pelo ESTADO, relativamente às Atividades Obrigatórias e às Novas Atividades, de forma adequada e no menor prazo possível, considerando a urgência da necessidade e a possibilidade concreta de execução, mediante o uso de tecnologia, serviços e equipamentos já utilizados pelo BB ou disponíveis para aquisição no mercado.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

A realização de Novas Atividades pelo BB, ou a introdução de ajustes, adequações e melhorias nas Atividades Obrigatórias, por solicitação escrita feita pelo ESTADO, será precedida, quando for o caso, da celebração de protocolo entre as partes ("Protocolo"), definindo de maneira autônoma, metas, procedimentos, remuneração adequada, cronograma de execução e mecanismos específicos para assegurar sua efetividade jurídica, sem prejuízo de alterações posteriores que se façam necessárias por força de circunstâncias alheias à vontade das partes.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO

Em prazo razoável não superior a 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da solicitação do ESTADO, o BB manifestar-se-á sobre a possibilidade de formalizar o Protocolo, instruindo a resposta com estudo da viabilidade técnica e da precificação do serviço, apontando as principais dificuldades e a forma de resolvê-las, observado o disposto na Cláusula Primeira, bem como indicando, quando for o caso, a subsidiária do BB responsável exclusivamente pela realização da atividade ou serviço solicitado pelo ESTADO.

#### PARÁGRAFO QUARTO

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, fica facultado ao ESTADO contratar terceiros para execução de Novas Atividades recusadas pelo BB, sem que isso implique em quebra indevida de qualquer exclusividade.

#### PARÁGRAFO QUINTO

A remuneração devida ao BB por conta de adequações, ajustes ou melhorias introduzidas nas Atividades, ou a realização de Novas Atividades, em ambos os casos por solicitação do ESTADO, deverá cobrir todos os custos efetivamente demonstrados e, ademais, não poderá ser superior à remuneração porventura cobrada por instituições financeiras de primeira linha para realização das mesmas tarefas.

#### CLÁUSULA QUINTA

As disposições deste Acordo Base vinculam exclusivamente o Poder Executivo do Estado, abrangendo todos os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta, inclusive os que forem criados posteriormente ou que tenham suas estruturas modificadas.



fundidas ou transformadas, ressalvada a autonomia das universidades estaduais e as peculiaridades do regime jurídico aplicável às companhias abertas controladas pelo ESTADO.

#### PARÁGRAFO ÚNICO

O ESTADO providenciará a adesão das entidades da administração indireta, inclusive das universidades autônomas e das companhias abertas controladas pelo ESTADO, listadas no Anexo A, mediante assinatura de termo específico pelo respectivo representante legal, na forma do Anexo B ("Termo de Adesão"), com as adaptações necessárias em razão da ressalva constante da parte final desta cláusula, porém, respeitando sempre a exclusividade do BB para execução das atividades previstas nos itens (ix) e (x) da Cláusula Segunda, encaminhando em seguida uma via original ao BB para conhecimento e arquivo.

#### CLÁUSULA SEXTA

Em razão dos termos ajustados no presente Acordo Base, a título de compensação financeira pela expectativa de ganho futuro que o BB possa eventualmente auferir em decorrência da exploração de oportunidades de negócios associadas à execução de Atividades Obrigatórias, em que não se faz devida a cobrança de nenhuma remuneração específica do ESTADO ("Oportunidades de Negócios"), o BB compromete-se a pagar ao ESTADO o valor total estimado de R\$ 3.101.000.000,00 (três bilhões, cento e um milhões de reais), em moeda corrente nacional, observadas as condições previstas neste instrumento ("Compensação Financeira") e condicionado à:

- a) publicação do extrato deste instrumento, de acordo com o previsto na Cláusula Vigésima deste Acordo Base;
- b) assinatura dos Termos de Adesão por todas as entidades da administração pública indireta listadas no Anexo A, conforme previsto no Parágrafo Terceiro desta Cláusula;
- c) inexistência de pendências não controversas de repasse de consignações dos servidores por parte do ESTADO ao BB, observado o disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula;
- d) publicação do Decreto previsto no Parágrafo Segundo da Cláusula Terceira.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

O valor ajustado no *caput* observará o seguinte cronograma, devidamente ajustado entre o BB e o ESTADO:

- (i) a quantia de R\$ 780.000.000,00 (setecentos e oitenta milhões de reais) será objeto de compensação em razão do valor que seria devolvido pelo ESTADO ao BB, *pro rata temporis* e tendo em vista a rescisão do Acordo Base Anterior, nos termos da Cláusula Décima Oitava deste Acordo Base.
- (ii) pagamento da quantia de R\$ 618.933.333,00 (seiscentos e dezoito milhões, novecentos e trinta e três mil e trezentos e trinta e três reais), referente ao período de setembro de 2017 a dezembro de 2018, em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação deste Acordo Base, cumpridas as condições estipuladas no *caput* desta Cláusula, mediante depósito na conta bancária indicada pelo ESTADO e mantida junto ao BB; e
- (iii) pagamento do saldo remanescente estimado em R\$ 1.702.066.667,00 (um bilhão, setecentos e dois milhões, sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e sete reais), a ser desembolsado em 44 (quarenta e quatro) parcelas mensais e sucessivas, a primeira vencível em fevereiro de 2019 e a última em setembro de 2022, no 10º (décimo) dia útil de cada mês, mediante depósito na conta bancária indicada pelo ESTADO e mantida junto ao BB, parcelas estas calculadas mensalmente pela seguinte fórmula paramétrica:





$$\text{VPM (m)} = (\text{CREDITADOS(m-1)} - \text{LOB (m-1)}) \times \text{MU}$$

Sendo:

**VPM (m)** = Valor da Parcela do Mês, a ser paga no mês (m);

**CREDITADOS** = quantidade de servidores creditados constantes da folha de pagamento no mês anterior (m-1), cujos salários tenham sido processados no **BB**, independentemente da quantidade de créditos realizados para cada servidor;

**LOB (m-1)** = quantidade de servidores com adesão à Livre Opção Bancária e cujos salários tenham sido processados no mês anterior ao pagamento da parcela; e

**MU** = multiplicador unitário mensal por CREDITADO de referência para este Acordo Base é 36,8439 (trinta e seis inteiros e oito mil, quatrocentos e trinta e nove milésimos), calculados conforme fórmula abaixo:

$$\text{MU} = (\text{Saldo remanescente} \div (\text{CREDITADOS de referência} - \text{LOB referência})) \div 44$$

Sendo:

**MU** = multiplicador unitário mensal por CREDITADO

**Saldo Remanescente** = R\$ 1.702.066.667,00 (um bilhão, setecentos e dois milhões, sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e sete reais)

**CREDITADOS de referência** = quantidade média mensal de servidores CREDITADOS constantes da folha de pagamentos dos meses de janeiro a julho/2017, sendo nesta data de referência igual a 1.195.776 (um milhão, cento e noventa e cinco mil, setecentos e setenta e seis); e

**LOB de referência** = quantidade média mensal de servidores CREDITADOS com adesão à Livre Opção Bancária, cujos salários tenham sido processados nos meses de janeiro a julho/2017, sendo nesta data de referência igual a 145.850 (cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta).

**44** = número de parcelas previsto no inciso (iii) do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor previsto no Inciso (ii) do Parágrafo Primeiro desta Cláusula será desembolsado de forma proporcional, à medida em que forem assinados e entregues os Termos de Adesão previstos na alínea "b" do *caput* desta Cláusula, e desde de que inexistam as pendências indicadas na alínea "c" do *caput* desta Cláusula pela respectiva entidade, tendo por base a participação percentual de servidores de cada ente, conforme listagem contida no **ANEXO A**.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

O desembolso das parcelas mensais previstas no inciso (iii) do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, poderá variar em decorrência da quantidade líquida de servidores do **ESTADO**, efetuando-se mensalmente o cálculo do valor, conforme fórmula paramétrica prevista no referido inciso, limitando-se cada parcela ao valor máximo de R\$ 38.683.333,34 (trinta e oito milhões, seiscentos e oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos), corrigido anualmente e de forma automática pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que legalmente venha a substituí-lo.

## PARÁGRAFO QUARTO

O multiplicador unitário mensal por CREDITADO, disposto no inciso (iii) do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, será corrigido anualmente e de forma automática pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e



Estatística - IBGE, ou outro índice que legalmente venha a substituí-lo. Para efeito do cálculo anual será utilizada a variação do índice observada no período de 12 (doze) meses imediatamente anterior à data da correção.

#### PARÁGRAFO QUINTO

O pagamento das Parcelas da Compensação Financeira, previstas no inciso (iii) do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, será feito mediante depósito na conta bancária indicada pelo **ESTADO** e mantida junto ao **BB**, devendo o primeiro deles ser realizado no **10º (décimo) dia útil de fevereiro de 2019**, relativo à competência de janeiro de 2019, desde que ocorra a prévia publicação do extrato deste Acordo Base no Diário Oficial do Estado.

#### PARÁGRAFO SEXTO

O pagamento do saldo remanescente, previsto no inciso (iii) do Parágrafo Primeiro desta Cláusula ficará condicionado à assinatura do Termo de Adesão pelas entidades da administração indireta listadas no **ANEXO A**, sem prejuízo das ressalvas decorrentes da autonomia das universidades estaduais e das peculiaridades do regime jurídico aplicável às companhias abertas controladas pelo **ESTADO**, conforme mencionado na Cláusula Quinta deste Acordo Base.

#### PARÁGRAFO SÉTIMO

O valor total da Compensação Financeira foi fixado de comum acordo entre as partes, considerando a efetiva possibilidade de o **BB** explorar as Oportunidades de Negócios durante todo o prazo de vigência deste Acordo Base, sem qualquer impedimento ou restrição, ainda que decorrente de motivo alheio à vontade do **ESTADO**.

#### PARÁGRAFO OITAVO

O **ESTADO** poderá, a qualquer tempo, exercer a fiscalização dos cálculos previstos no inciso (iii) do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, designando servidor responsável ou contratando empresa de auditoria externa para o serviço, devendo o **BB** fornecer todos os dados e as informações necessárias para a fiscalização.

#### PARÁGRAFO NONO

A exploração das Oportunidades de Negócios será feita por conta e risco do **BB**, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, assim como as disposições deste Acordo Base, incluindo os seus Anexos, dos Acordos Anteriores e dos Acordos Complementares, sem garantia de qualquer resultado pelo **ESTADO**, desde que mantidos, caso aplicável, até o final da vigência deste Acordo Base.

#### PARÁGRAFO DÉCIMO

O pagamento da Compensação Financeira em favor do **ESTADO** possui natureza autônoma e não interfere com o direito do **BB** de auferir as remunerações específicas previstas neste Acordo Base, seus Anexos, em Acordos Anteriores ou em Acordos Complementares, pela execução de Atividades Obrigatórias e Novas Atividades, quando cabível.

#### PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

Em qualquer hipótese, fica estabelecido que os valores referidos nos incisos (i) e (ii) do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, constituem-se mero adiantamento do preço ora ajustado entre o **ESTADO** e o **BB**, devendo o **ESTADO** restituir ao **BB** a quantia proporcional ao tempo que faltar para o término do período a que se referirem os valores em questão, no caso de rescisão contratual ou rompimento parcial de quaisquer dos aderentes ao Acordo Base, acrescida da

de



variação do IPCA, divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, calculada *pro rata temporis* a contar da data do efetivo pagamento de cada Parcela.

#### PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

As partes reconhecem que a boa exploração das Oportunidades de Negócios pressupõe a ocupação de espaços físicos pelo **BB**, nos termos do Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda deste Acordo Base.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

Sem prejuízo das demais obrigações estipuladas neste Acordo Base, seus Anexos e em Acordos Complementares, caberá adicionalmente ao **BB**:

- (i) atender os Creditados com eficiência, presteza e cortesia, notadamente no que se refere à abertura e manutenção de contas correntes para depósito dos pagamentos devidos pelo **ESTADO**;
- (ii) manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar as Atividades Obrigatórias e as Novas Atividades;
- (iii) fornecer, com a maior brevidade possível, as informações solicitadas pelo **ESTADO**, notadamente no que se refere às movimentações financeiras de seu interesse;
- (iv) efetuar o correto e tempestivo pagamento da Compensação Financeira.

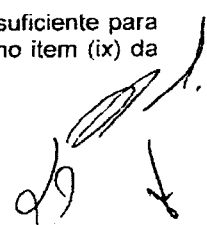
#### PARÁGRAFO ÚNICO

O **BB** designa a Agência Governo São Paulo, prefixo 1897-X, localizada à Rua XV de Novembro nº 111, 11º andar, Centro, na cidade de São Paulo - SP, como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento ao **ESTADO**, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo **BB** neste Acordo Base

#### CLÁUSULA OITAVA

Para permitir a boa execução das Atividades Obrigatórias e das Novas Atividades, o **ESTADO** compromete-se a:

- (i) Editar no prazo de até 30 (trinta) dias, decreto regulamentando o exercício da condição de agente financeiro do **ESTADO** pelo **BB**, nos moldes do Decreto nº 62.297, de 6 de dezembro de 2016, com efeitos durante a vigência deste Acordo Base;
- (ii) Providenciar dentro do prazo de 120 (cento e vinte dias) dias a anuência das entidades da administração indireta, inclusive das universidades autônomas e das companhias abertas controladas pelo **ESTADO**, mediante assinatura do competente termo de adesão;
- (iii) aditar, renovar, ou substituir, no prazo máximo de 30 (trinta dias) os Acordos Anteriores que sofreram alteração no pagamento de remuneração por meio deste Acordo Base, e no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, nas demais hipóteses em consonância com as condições gerais e diretrizes técnicas previstas neste Acordo Base e seus anexos, no que for aplicável;
- (iv) renovar os Acordos Anteriores, cuja vigência termine durante os prazos previstos no item anterior, com observância das condições gerais e diretrizes técnicas estabelecidas neste Acordo Base e seus Anexos, no que for aplicável;
- (v) não denunciar unilateralmente os Acordos Anteriores e Acordos Complementares, durante o prazo de vigência deste Acordo Base;
- (vi) manter nas contas pagadoras disponibilidades financeiras em montante suficiente para suportar o pagamento periódico da folha de pessoal, conforme previsto no item (ix) da Cláusula Segunda, deste Acordo Base;



- (vii) garantir ao **BB** o acesso ao sistema SIAFEM para consultas de empenhos e ordens bancárias;
- (viii) disponibilizar consulta às informações agregadas sobre as notas de empenho e programação de desembolso, mediante solicitação do **BB**, para o fim de facilitar o oferecimento de linhas de créditos aos fornecedores do **ESTADO**, mantendo, no caso de rescisão unilateral pelo **ESTADO**, a trava do domicílio bancário de crédito até a liquidação das operações contratadas junto ao **BB** em caso de rescisão deste Acordo Base;
- (ix) disponibilizar, trimestralmente para fins exclusivos de atualização cadastral visando o correto processamento da folha de pessoal, a relação dos servidores contendo: número da matrícula, nome, CPF e a natureza ocupacional:
  - a. empregado/ocupação eventual/temporário;
  - b. servidor não concursado/regime especial; ou
  - c. servidor público concursado.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

O **ESTADO** designa a Coordenação da Administração Financeira, órgão integrante da estrutura da Secretaria da Fazenda, para centralizar a interlocução com o **BB** nos assuntos relativos ao tesouro estadual, e a Coordenação da Administração Tributária nos assuntos relativos à arrecadação tributária, quando decorrentes deste Acordo Base.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

A gestão dos Acordos Complementares caberá ao gestor designado pelo **ESTADO** no respectivo instrumento.

#### CLÁUSULA NONA

O **ESTADO** transmitirá ao **BB**, mensalmente, arquivo eletrônico contendo os contracheques de seus servidores ativos e inativos, pensionistas e empregados, para a exclusiva finalidade de sua disponibilização gratuita ao servidor em terminais de autoatendimento, mobile e internet, observadas as condições previstas no Anexo 17.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Exceto quando prévia e expressamente autorizado pelo servidor, o **BB** não poderá, em nenhuma hipótese ou por qualquer meio, acessar as informações constantes dos contracheques ou delas utilizar-se para o fornecimento de produtos ou serviços.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

Em razão do conteúdo dos contracheques, o **BB** compromete-se a tomar todas as cautelas necessárias para garantir a privacidade e o sigilo dessas informações.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO

O **BB** declara que, pela disponibilização do serviço previsto nesta Cláusula, não haverá cobrança de qualquer remuneração, seja do **ESTADO** ou dos correntistas, ficando ressalvada a possibilidade de, em negociação havida diretamente com as empresas estatais, universidades e a São Paulo Previdência, caso venham a aderir a este Acordo Base, restar avençado o pagamento de tarifa específica para a prestação de tal serviço.

*[Assinaturas manuscritas]*



#### PARÁGRAFO QUARTO

Fica estabelecido que, no caso de prestação gratuita do serviço pelo BB, a transmissão do arquivo eletrônico com o contracheque é obrigação inerente à execução do presente Acordo Base, restando facultada na hipótese de o BB ter proposto a cobrança de remuneração e a entidade aderente em questão não tê-la acatado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

O ESTADO e BB comprometem-se mutuamente a fazer os ajustes necessários em seus respectivos sistemas de processamento de dados, com vistas a viabilizar e facilitar a troca de informações, as transmissões de dados e a perfeita manutenção dos controles, de modo a permitir que qualquer das partes possa, a qualquer tempo, verificar o integral cumprimento do estabelecido neste Acordo Base.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

No caso de falta de pagamento pontual de qualquer das parcelas da Compensação Financeira, o ESTADO poderá optar, independentemente de prévia constituição em mora do BB, entre (i) considerar antecipadamente vencidas todas as demais e proceder à cobrança do saldo em aberto, acrescido de multa penal de 2% (dois por cento), sem prejuízo da incidência do IPCA até a data do efetivo pagamento; ou (ii) dar por rescindido o presente Acordo Base e todos os Acordos Complementares, restando as Parcelas anteriormente recebidas a título de cláusula penal compensatória de perdas e danos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Ressalvado o disposto na cláusula anterior, no caso de inadimplemento total ou parcial de qualquer obrigação decorrente deste Acordo Base, a parte prejudicada deverá avisar por escrito a parte infratora, assinalando prazo razoável para correção da desconformidade, antes da aplicação de qualquer penalidade ou da declaração de rescisão contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Se a desconformidade não for corrigida no prazo razoável assinalado nos termos da cláusula anterior e a parte infratora não apresentar justificativas razoáveis, a parte prejudicada poderá optar entre (i) aplicar à parte infratora a multa penal moratória correspondente a 2% (dois por cento) do valor estimado da obrigação inadimplida, que não será inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nem superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), independentemente da comprovação de prejuízo pela parte prejudicada; (ii) imputar à parte infratora o custo da demora suportado pela parte prejudicada em decorrência da obrigação inadimplida; ou (iii) dar por rescindido este Acordo Base e todos os Acordos Complementares, cobrando da parte infratora as multas penais vencidas, além das perdas e danos cabíveis na forma da lei.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

A caracterização do inadimplemento e suas consequências, relativamente aos serviços e atividades objeto de Acordos Anteriores, de Acordos Complementares ou de Protocolos, serão regidas exclusivamente pelas disposições neles previstas, não se lhes aplicando o disposto nas Cláusulas Décima Segunda e Décima Terceira deste Acordo Base.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

No caso de rescisão deste Acordo Base e dos Acordos Complementares, o ESTADO poderá reter as Parcelas da Compensação Financeira porventura já recebidas, até que sejam pagas pelo BB as multas penais vencidas, além das perdas e danos cabíveis na forma da lei.



#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O ESTADO poderá denunciar ou rescindir unilateralmente este Acordo Base e os Acordos Complementares, a qualquer momento, mediante concessão de pré-aviso ao BB com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Na hipótese de denúncia unilateral por parte do ESTADO ou de rescisão antecipada, estabelecida em comum acordo entre as partes, a qualquer prazo, fica estabelecido que o ESTADO deverá restituir ao BB, no ato e em parcela única, o valor proporcional à Compensação Financeira recebida na forma prevista no inciso (i) do Parágrafo Primeiro da Cláusula Sexta, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outra taxa que legalmente venha a substituí-la, calculada *pro rata temporis* a contar da formalização até o prazo final da vigência deste Acordo Base.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de denúncia unilateral por parte do ESTADO ou de a rescisão antecipada, estabelecida em comum acordo entre as partes, ocorrer antes de 31 de dezembro de 2018, fica estabelecido que o ESTADO deverá restituir ao BB, no ato e em parcela única, o valor proporcional à Compensação Financeira recebida na forma prevista no inciso (ii) do Parágrafo Primeiro da Cláusula Sétima, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outra taxa que legalmente venha a substituí-la, calculada *pro rata temporis* a contar da data do efetivo pagamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Na hipótese de rescisão deste Acordo Base e dos Acordos Complementares, qualquer que seja o motivo, ou de sua denúncia unilateral por iniciativa do ESTADO, fica assegurado ao BB manter a consignação em folha de pagamento dos beneficiários até a liquidação total dos empréstimos, financiamentos ou arrendamentos mercantis anteriormente concedidos, desde que observadas pelo BB as regras específicas de consignações editadas pelo ESTADO em caráter geral e aplicáveis indistintamente a quaisquer instituições financeiras credenciadas pelo ESTADO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os Acordos Anteriores atualmente em vigor, se for o caso, serão aditados, renovados ou substituídos por novos Acordos Complementares, nos prazos estipulados neste Acordo Base, de modo a refletir as condições gerais e diretrizes técnicas também previstas neste Acordo Base, nas hipóteses em que efetivamente sofreram alterações.

#### PARÁGRAFO ÚNICO

Enquanto não aditados, renovados ou substituídos, os Acordos Anteriores continuarão em vigor e deverão ser integralmente cumpridos pelo ESTADO e pelo BB.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

O presente Acordo Base terá prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, contados da data da sua assinatura.

#### PARÁGRAFO ÚNICO

O Acordo Base, os Acordos Anteriores e todos os Acordos Complementares doravante celebrados entre o ESTADO e o BB, consideram-se instrumentos jurídicos coligados, devendo vigorar pelo

de



prazo neles estipulado, que não poderá ultrapassar o termo final do prazo previsto no caput desta cláusula, incluindo eventuais prorrogações ou renovações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**

O Acordo Base Anterior fica automaticamente rescindido a partir da assinatura e publicação deste Acordo Base.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Com a assinatura e publicação deste Acordo Base as partes se dão ampla e recíproca quitação em relação aos valores decorrentes da compensação financeira prevista nas Cláusulas Sexta e Décima Sétima do Acordo Base Anterior, os quais encontram-se refletidos na compensação prevista na alínea "I" do Parágrafo Primeiro da Cláusula Sexta deste Acordo Base.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA**

Para o presente exercício financeiro, as despesas imputáveis ao **ESTADO** em decorrência deste Acordo Base correrão por conta das dotações orçamentárias incluídas no orçamento vigente, ao passo que as despesas relativas a exercícios financeiros seguintes serão previstas em orçamentos futuros.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Os contratos futuros relacionados ao Acordo Base que gerarem despesa ao **ESTADO** deverão indicar a classificação funcional programática e a categoria econômica do crédito pelo qual correrá a despesa.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA**

O **ESTADO** providenciará a publicação do extrato deste Acordo Base no Diário Oficial do Estado.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA**

No caso de disputas ou controvérsias oriundas deste Acordo Base, Acordo Base Anterior ou Acordos Complementares, as partes reunir-se-ão e buscarão dirimi-las amigavelmente, convocando, sempre que necessário, suas instâncias diretivas com poderes para compor-se.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA**

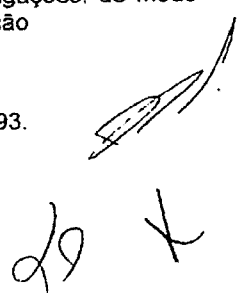
A renúncia de qualquer direito decorrente deste Acordo Base somente produzirá efeitos se for manifestada por escrito, não sendo admitida nenhuma hipótese de renúncia tácita. A tolerância, atraso ou indulgência de qualquer das partes, em exigir o cumprimento de qualquer obrigação imputável à outra parte, não poderá ser interpretada como hipótese de concordância, renúncia ou novação.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA**

A invalidade ou inexecutabilidade de qualquer disposição do Acordo Base, do Acordo Base Anterior ou dos Acordos Complementares, não afetará a validade das demais. Nesse caso, as partes negociarão de boa fé a recomposição do equilíbrio original entre direitos e obrigações, de modo que o Acordo Base continue cumprindo os objetivos que justificaram sua celebração

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA**

Aplica-se ao Acordo Base o disposto no artigo 62, § 3º e inciso I, da Lei nº 8.666/93.



**PARÁGRAFO ÚNICO**

O presente Acordo Base deve ser interpretado em conjunto com as disposições do Contrato de Compra e Venda de Ações, no que couber.

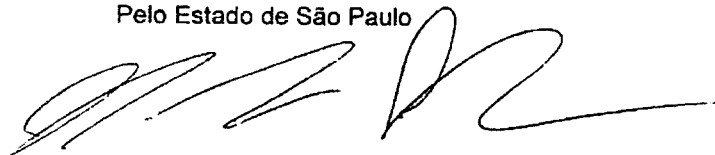
**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA**

Fica eleito o foro a Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste Acordo Base.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

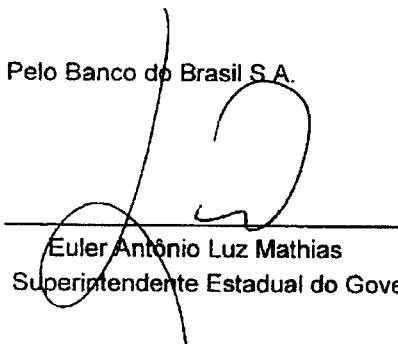
São Paulo, 29 de setembro de 2017.

Pelo Estado de São Paulo

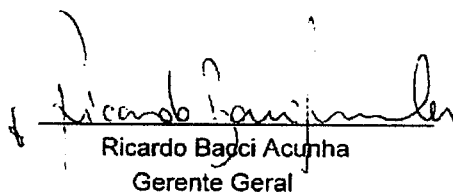


Hélcio Tokeshi  
Secretário da Fazenda

Pelo Banco do Brasil S.A.



Euler Antônio Luz Mathias  
Superintendente Estadual do Governo



Ricardo Bacchi Acunha  
Gerente Geral

Primeira Testemunha

Nome: *Camila Souza Germano*  
RG: *41.596.201-8*

Segunda Testemunha

Nome: *Letícia Hirundo do N.*  
RG: *44284735-2*





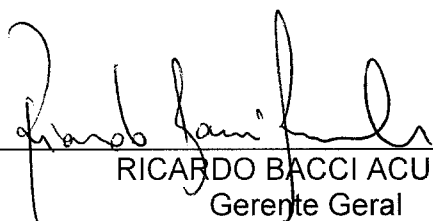
**ANEXO 3****CONTRATO Nº 811319309100****DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE**

Pelo presente, eu, RICARDO BACCI ACUNHA, representante do BANCO DO BRASIL S.A., inscrita sob nº. 00.000.000/0001-91, na qualidade de Fornecedor, ou Prestador de Serviço, ou Parceiro da CPTM, neste ato declaro estar ciente dos termos do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, comprometendo-me a adotar as práticas indicadas nele para a realização das atividades minhas e do BANCO, bem como manter a confidencialidade de todas e quaisquer informações recebidas para o desenvolvimento das atividades relativas à CPTM, mesmo depois do término da relação contratual entre a CPTM e o BANCO.

Além disso, com relação às questões de corrupção, declaro que eu e o BANCO estamos de acordo com as diretrizes apresentadas neste Código, acessado através do endereço eletrônico <http://sis.cptm.sp.gov.br/Licitacoes/Normas.aspx>, e entendo que estou proibido de oferecer, prometer, pagar, autorizar ou receber quaisquer pagamentos indevidos, bem como realizar fraudes de qualquer natureza.

Declaro ainda que o BANCO cumpre as Leis Aplicáveis de combate à Corrupção e que disseminamos e esperamos a mesma conduta de nossos funcionários, fornecedores, parceiros comerciais, funcionários terceirizados e representantes.

São Paulo, 02 de dezembro de 2019.



RICARDO BACCI ACUNHA

Gerente Geral

bacci@bb.com.br

e-mail pessoal: N/I

CPF Nº: 553.617.140-20

RG Nº: 56.650.039-5

**ANEXO 4****CONTRATO Nº 811319309100****TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO****CONTRATANTE:** COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**CONTRATADA:** BANCO DO BRASIL S.A.**CONTRATO Nº:** 811319309100**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBRANÇA BANCÁRIA ATRAVÉS DA EMISSÃO DE BOLETOS.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:


**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, 02 de dezembro de 2019.

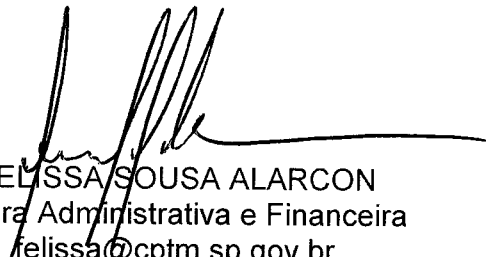
**GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

PEDRO TEGON MORO  
Diretor Presidente  
pedro.moro@cptm.sp.gov.br  
e-mail pessoal: N/I  
CPF nº: 144.051.718-58  
RG nº: 21.448.592-4


ÚLTIMA PÁGINA DO TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 811319309100, CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM E O BANCO DO BRASIL S.A.

**Responsáveis que assinaram o ajuste:**

**Pela CONTRATANTE:**



FELISSA SOUSA ALARCON  
Diretora Administrativa e Financeira  
felissa@cptm.sp.gov.br  
e-mail pessoal: N/I  
CPF Nº: 010.685.271-02  
RG Nº: 2.708.545 SSP-DF




PEDRO TEGON MORO  
Diretor Presidente  
pedro.moro@cptm.sp.gov.br  
e-mail pessoal: N/I  
CPF Nº: 144.051.718-58  
RG Nº: 21.448.592-4



MARIA ARLETE VIEIRA COSTA  
Gerente de Finanças e Controle Orçamentário  
maria.costa@cptm.sp.gov.br  
e-mail pessoal: N/I  
CPF Nº: 990.941.348-53  
RG Nº: 10.324.183-8

**Pela CONTRATADA:**



RICARDO BACCI ACUNHA  
Gerente Geral  
bacci@bb.com.br  
e-mail pessoal: N/I  
CPF Nº: 553.617.140-20  
RG Nº: 56.650.039-5